



## INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NOS INSTITUTOS FEDERAIS: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA (2014-2018)

Poliana Cavalcante de Souza <sup>1</sup>  
Andreza Maria de Lima <sup>2</sup>

### RESUMO

A temática da inclusão da pessoa com deficiência vem sendo discutida em diferentes segmentos da sociedade. Neste artigo, analisamos a produção científica sobre inclusão dos estudantes com deficiência nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no período de 2014-2018. Constituíram-se referenciais teóricos sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil e a educação da pessoa com deficiência, autores como: Saviani (2007), Mazzotta (2011) e Mantoan (2003, 2006). O estudo é de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, denominado Estado da Arte. Consultamos o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), buscando identificar em cada produção: objetivos, referenciais teóricos, percurso metodológico e principais resultados. Para a análise dos estudos, foi utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo Categórica Temática. Localizamos quinze trabalhos, sendo que apenas treze foram lidos na íntegra, pois dois não estavam disponíveis. Esses estudos foram organizados em duas categorias. Nos limites deste trabalho, discutimos a categoria “Educação Inclusiva: ações institucionais de Institutos Federais”. Os resultados das produções apontaram que os IFs vêm caminhando para que as diversidades sejam respeitadas e reconhecidas. Porém, apesar dos avanços, barreiras precisam ser ultrapassadas, como a falta de acessibilidade, ausência de Tecnologia Assistiva, recursos humanos, formação continuada aos docentes, equipe técnica, gestores. O Estado da Arte possibilitou perceber a necessidade de ampliação de pesquisas desenvolvidas sobre a temática, sobretudo nos cursos técnicos subsequentes.

**Palavras-chave:** Inclusão, Estudantes com deficiência, Institutos Federais, Produção científica, Pós-Graduação.

### INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas com deficiência se constitui uma temática que vem sendo discutida em diferentes segmentos da sociedade. Historicamente, esses sujeitos foram considerados fora do padrão imposto pela sociedade. A negação e a violação dos direitos

---

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), [polianac.souza@hotmail.com](mailto:polianac.souza@hotmail.com);

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Ensino Superior do IFPE. Atua nas licenciaturas em Física e Matemática do *campus* Pesqueira. É professora permanente do ProfEPT, no *campus* Olinda, [andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br](mailto:andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br).



humanos a esses sujeitos resultaram em práticas de exclusão, segregação e integração (SASSAKI, 2006). Hoje, o paradigma da inclusão propõe uma nova forma de organização dos espaços na sociedade e mudanças nas relações sociais para o reconhecimento e respeito do outro como pessoa e como sujeito de direitos e liberdades, independente das necessidades individuais, etnia/raça, gênero, condição socioeconômica e cultural.

A inclusão, no contexto educacional, vem exigindo a reformulação dos sistemas educacionais, que foram constituídos numa perspectiva homogeneizadora/padronizada. Isso porque o desenvolvimento de uma proposta pedagógica da escola na perspectiva inclusiva implica uma educação de qualidade para todos, na remoção das barreiras para aprendizagem e participação nos espaços educativos. No âmbito especificamente da educação profissional de Nível Médio<sup>3</sup>, a inclusão das pessoas com deficiência se encontra disposto na Resolução CNE/CEB nº 6/2012 (BRASIL, 2012), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O artigo 6º, inciso X, apresenta, como um dos princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o “reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades”.

De acordo com a Resolução CNE/CB nº 6/2012 (BRASIL, 2012), os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, socio-históricos e culturais (art. 5º). Recentemente, foi promulgada a Lei nº 13.409/2016 (BRASIL, 2016), uma ação afirmativa que busca garantir a reserva de vagas de 5% para alunos com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

Neste artigo, analisamos a produção científica sobre inclusão dos estudantes com deficiência nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no período de 2014-2018. Trata-se de um recorte do estudo que está sendo desenvolvido no mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), cujo objetivo geral é analisar as representações sociais de inclusão de estudantes com deficiência construídas por professores de cursos técnicos

---

<sup>3</sup> A educação profissional pode ser desenvolvida por meio de distintos cursos e programas, dentre eles a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que poderá ser desenvolvida de maneira Integrada, Concomitante e Subsequente. Destacamos que, em 2008, a Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008) instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e criou os IFs.



subsequentes do IFPE – *campus* Olinda. A Teoria das Representações Sociais (TRS), proposta por Serge Moscovici, fornece subsídios para compreender e identificar os conhecimentos, valores e crenças que são construídos por um grupo acerca de determinado objeto, auxilia na ascensão de mudanças, de construção de novos saberes (NOVAES, 2010).

Os cursos subsequentes, foco da nossa pesquisa no mestrado em EPT, são destinados aos educandos que concluíram o Ensino Médio e buscam uma formação profissional para inserção no mundo do trabalho ou continuação do eixo profissional no Ensino Superior. Esses cursos, que foram constituídos sob a égide profissionalizante de modo tecnicista visando atender as demandas do mercado de trabalho (RAMOS, 2014; CIAVATTA; RAMOS, 2011; SAVIANI, 2007), atualmente, estão ancorados a uma concepção de Educação Profissional e tecnológica em que trabalho, ciência, tecnologia e cultura são considerados dimensões indissociáveis da formação humana integral do sujeito crítico e autônomo para a compreensão e atuação da realidade através do trabalho (RAMOS, 2014; SAVIANI, 2007).

Consideramos que esta pesquisa é relevante, pois estudos da produção do conhecimento, comumente denominados “Estado da Arte”, possibilitam conhecer o que está sendo produzido em uma determinada área de conhecimento acerca de um tema. Para Frigotto *et al* (2018), essa sistematização das produções do conhecimento é fundamental na construção da pesquisa, pois possibilita conhecer lacunas e inovações sobre o objeto de estudo.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **A Educação Profissional e Tecnológica e a pessoa com deficiência**

A trajetória histórica da Educação Profissional no Brasil se configurou de forma dualista. Com a separação do trabalho em classes, é instituída uma dualidade do processo educativo: uma educação voltada para as classes proprietárias, centrada nas atividades intelectuais; e uma educação para as classes não proprietárias, centrada no exercício das funções de produção manuais e manufactureiras realizadas no próprio trabalho (SAVIANI, 2007).

Assim, a educação destinada à pessoa com deficiência por meio da educação profissional não divergiu dessa dualidade. Esteve marcada pela perspectiva assistencialista para a profissionalização, que legitimou estigmas e discriminações que reforçam no imaginário



social a visão de incapacidade intelectual dessas pessoas, ao restringir a educação às funções manuais do trabalho (PASSERINO; PEREIRA, 2014).

De acordo com Mazzota (2011), de 1854 até 1956, a institucionalização da educação profissional para as pessoas com deficiência se configurou de forma mais particular e isolada, sem muita atuação do Estado. Assim, as primeiras instituições educacionais de caráter profissionalizante foram: o Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atualmente nominado de Instituto Benjamin Constant (IBC); e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atualmente denominado de Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES). Nessas instituições, eram ofertados trabalhos manuais para as pessoas com deficiência, através das oficinas para aprendizagem de ofícios como “oficinas de tipografia e encadernação para os meninos cegos e de tricô para meninas; oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração para os meninos surdos” (MAZZOTTA, 2011, p.30).

A partir do final da década de 1950, percebe-se alguns avanços nas políticas educacionais para a educação das pessoas com deficiência. No entanto, a concepção de educação para essas pessoas esteve direcionada ao princípio da integração, na qual a relação do sujeito com o social ocorre de forma unilateral, colocando o indivíduo na posição de responsável em superar as barreiras apresentadas neste meio (SASSAKI, 2006), como também houve um reforço às classes e instituições especiais<sup>4</sup>, permeando esse paradigma também na educação profissional.

No início do século XXI, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) ampliou ações institucionais para garantir não somente o ingresso, mas também a permanência dos estudantes com deficiência nos IFs. Uma dessas ações é o Programa de Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Tec Nep), implantado em 2000 na rede federal de ensino profissional visando a promoção de acesso, permanência e participação das pessoas com deficiência. Esse Programa estabelece o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) nas Instituições Federais de Educação Tecnológica (SOARES; MELO, 2016).

Diante do exposto, podemos dizer que há um movimento de reconhecimento e valorização da pessoa com deficiência como pessoa de direitos, liberdades, potencialidades para

---

<sup>4</sup> As instituições especializadas foram estabelecimentos constituídos para a oferta de serviços direcionados a atender de uma deficiência específica. As classes especiais foram espaços educacionais implantados no sistema regular de ensino a partir da década de 70 que se configuraram de forma segregacionista do ensino regular para o atendimento educacional das pessoas com deficiência (GLAT; FERNANDES, 2005)



participar, desenvolver e aprender no meio escolar (MANTOAN, 2003, 2006; CARVALHO, 2019). Esse movimento vem sendo refletido e ampliado na EPT na busca de atender a orientação normatizadora da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, na defesa de uma formação humana integral, cidadã e inclusiva que esteja articulada com os conhecimentos constituintes do mundo do trabalho e atuação social de forma autônoma e consciente através do trabalho.

## **METODOLOGIA**

O estudo é de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, denominado comumente de “Estado da Arte”, conforme já indicamos.

Para a pesquisa da produção de conhecimento na área da educação e ensino acerca da inclusão dos estudantes com deficiência nos IFs, consultamos o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), considerando as produções dos últimos cinco anos (2014-2018). Utilizamos, como descritores, conjuntamente os termos “inclusão de estudantes com deficiência” e “institutos federais”, separados pelo elemento de concatenação “and”, indicado pelo Banco da CAPES. Selecionamos os estudos a partir do título e do resumo. Os trabalhos, quando localizados e disponíveis na plataforma e/ou nas páginas dos Programas de Pós-Graduação, foram lidos na íntegra. Desse modo, cumpre destacar que não realizamos a leitura de duas pesquisas devido a não disponibilidade desses trabalhos nas referidas plataformas.

Para análise dos trabalhos, tivemos o apoio da Técnica de Análise de Conteúdo Categorical Temática, conforme Bardin (1977). Buscamos identificar em cada produção os seguintes aspectos: objetivos, referenciais teóricos, percurso metodológico (campo empírico, instrumentos de coleta e análise) e principais resultados. Nesse processo, conservamos as informações apresentadas em cada produção científica.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Localizamos quinze trabalhos sobre inclusão de pessoas com deficiência nos IFs. Dos trabalhos lidos na íntegra (13)<sup>5</sup> foram organizados em duas categorias temáticas: “Educação

---

<sup>5</sup> Lembramos que dois trabalhos não foram localizados nas plataformas. Portanto, não foram lidos.





*Inclusiva: ações institucionais de Institutos Federais*”- que reúne sete trabalhos que focalizaram ações institucionais de acesso e permanência nos IFs; e “*Educação Inclusiva: visões<sup>6</sup> e/ou prática de atores escolares*”- que reúne seis estudos que abordaram sobre o processo de inclusão no âmbito dos IFs a partir de visões e/ou práticas de atores escolares ligados a gestão institucional, à docência do ensino regular, ao profissional da Educação Especial e/ou ao grupo discente com deficiência<sup>7</sup>. Nos limites deste trabalho, discutiremos a primeira categoria evidenciada.

### ***Educação Inclusiva: ações institucionais de Institutos Federais***

Nesta categoria, localizamos os trabalhos desenvolvidos por Oliveira (2018), Krebs (2017), Mendes (2017), Perinni (2017), Rocha (2016), Dall’Alba (2016) e Soares (2015).

No que se refere aos objetivos das pesquisas, quatro das produções tiveram como objeto central a atuação do NAPNE (OLIVEIRA, 2018; PERINI, 2017; DALL’ALBA, 2016; SOARES, 2015). Os objetivos foram: contextualizar os processos de inclusão no Instituto Federal do Triângulo Mineiro - *campus* Uberaba – a partir do NAPNE (OLIVEIRA, 2018); investigar se as ações desenvolvidas pelos NAPNE’s dos *campi* Itapina e Santa Teresa do Instituto Federal do Espírito Santo contribuem para assegurar as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais específicas na educação profissional integrada ao Ensino Médio (PERINNI, 2017); propor por meio do diagnóstico realizado com os professores do Instituto Federal do Amazonas, *campus* Zona Leste, indicadores que orientem a melhoria na execução das atribuições do NAPNE (DALL’ALBA, 2016); e avaliar a realidade dos NAPNE’s implantados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte através do Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Programa TEC NEP) (SOARES, 2015).

As demais pesquisas tiveram os seguintes objetivos: analisar os processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos nos IFs do Rio Grande do Sul

---

<sup>6</sup> O termo “visões” é utilizado aqui no sentido generalista, buscando representar termos como “concepções” e “sentidos” que apareceram nos trabalhos.

<sup>7</sup> Destacamos que dez desses trabalhos foram desenvolvidos em Programas de Pós-graduação de natureza acadêmica e três em Programas de caráter profissional – o que, certamente, se deve ao fato de a implantação dessa Pós-Graduação ser recente.



e de Santa Catarina (KREBS, 2017); conhecer as ações institucionais de 38 IFs do Brasil para o atendimento ao público da Educação Especial (MENDES, 2017); e analisar a Política de Educação Especial nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) de 36 (trinta e seis) IFs (ROCHA, 2016);

Sobre os autores mais referenciados nos trabalhos localizados nesta categoria acerca da Inclusão social e educacional citados 2 vezes ou mais, destacaram-se: Marcos José Mazzotta (5), Gilberta de Martino Jannuzzi (4), Romeu Kazumi Sasaki (3), Rosita Elder Carvalho (3) e Maria Teresa Eglér Mantoan (2). São autores renomados e com vasta experiência na área da Educação Especial e estudos acerca do paradigma da Inclusão em diferentes segmentos sociais em relação à pessoa com deficiência.

No que concerne ao campo empírico das pesquisas localizadas, identificamos IFs de diferentes regiões e estados brasileiros. Na região Sudeste: Espírito Santo (1) e Minas Gerais (1); na região Nordeste: Rio Grande do Norte (1); na região Sul: Rio Grande de Sul e Santa Catarina (1), de modo concomitante; e na região Norte: Amazonas (1). Destacamos que dois trabalhos tiveram como campo empírico IFs de diversos estados e regiões do Brasil (MENDES, 2017; ROCHA, 2016)

No que se refere aos participantes das pesquisas, diversos atores da comunidade escolar participaram dos estudos. Destacamos que algumas pesquisas contaram com a participação de mais de um grupo do segmento escolar. Dessa forma, os mais frequentes nos trabalhos foram: gestores (5), estudantes com deficiência (2) e docentes (2). Assim, há um direcionamento maior desses estudos para os gestores dos IFs, com destaque para os Coordenadores dos NAPNEs (4). Destacamos que duas pesquisas foram bibliográficas (OLIVEIRA, 2018; ROCHA, 2016).

Sobre os procedimentos de coleta, cinco trabalhos utilizaram mais de um instrumento (KREBS, 2017; MENDES, 2017; PERINNI, 2017; ROCHA, 2016; DALL'ALBA, 2016). No entanto, a pesquisa documental foi o instrumento mais utilizado nos estudos (6), seguido da entrevista (3) e questionário (3).

Sobre a análise de dados, destacamos a recorrência da Técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin, em três trabalhos. No que concerne à análise de outras duas produções, uma pesquisa utilizou o Materialismo Histórico Dialético e o outro estudo a Análise do Discurso. Em duas pesquisas não localizamos informações sobre como foi realizada a análise.

Em relação aos resultados, destacamos que as produções que tiveram como objeto central a atuação do NAPNE apontaram: a necessidade de implantação das salas de



Atendimento Educacional Especializado e Formação docente (OLIVEIRA, 2018); ausência de disponibilidade orçamentária, de recursos humanos específicos para o NAPNE e aspectos arquitetônicos (PERINNI, 2017); necessidade de melhorias no planejamento e implantação das ações propostas pelo NAPNE de forma articulada (DALL'ALBA, 2016); e que o Programa TEC NEP significou um grande avanço para as políticas de inclusão no IFRN; porém, dificuldades foram apontadas para a implementação e atuação dos NAPNE's: estrutura física, recursos materiais, humanos e de ordem financeira, experiência dos Coordenadores dos Núcleos na área e barreiras atitudinais (SOARES, 2015).

As demais pesquisas apontaram que a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos são ações isoladas e pontuais (KREBS, 2017); que a estruturação dos núcleos de acessibilidade estão a depender das gestões locais, bem como outros desafios, como: a contratação dos profissionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a oferta de formação continuada (MENDES, 2017); que as ações do NAPNE têm possibilitado o acesso e a aprendizagem; no entanto, esse núcleo tem sido apontado como único setor responsável para a implementação de políticas para a escolarização do público da educação especial (ROCHA, 2016).

Apesar dos avanços que vêm sendo obtidos pelos IF's, há desafios que precisam ser ultrapassados. Dentre os desafios apontados nos resultados das pesquisas, as barreiras relacionadas ao orçamento, dimensão arquitetônica, atitudinal, recursos humanos e materiais constituíram fatores com maior incidência para a organização e implantação dos NAPNEs nos IFs, como apontaram as pesquisas de Perinni (2017), Krebs (2017), Mendes (2017), D'Alba (2016) e Soares (2015). A necessidade de formação docente também foi indicada como um elemento relevante para o desenvolvimento e realização de práticas educativas inclusivas nos Institutos, como mostraram os estudos de Oliveira (2018) e Mendes (2017). A formação docente possibilita romper com uma visão homogênea, segregacionista do sujeito, para o desenvolvimento de práticas pedagógicas de reconhecimento da pluralidade de estudantes presentes no meio escolar (MANTOAN, 2003, 2006; MARTINS, 2011).

Os trabalhos localizados trouxeram contribuições para o campo da Educação Profissional e Tecnológica. Todavia, pudemos constatar que a maioria das pesquisas nos IFs teve como foco, fundamentalmente, o Ensino Médio Integrado. Logo, não foram encontradas produções direcionadas para os cursos técnicos subsequentes, núcleo da nossa pesquisa de mestrado em EPT. Destacamos, ainda, que não foram localizados estudos desenvolvidos à luz





da Teoria das Representações Sociais, proposta por Serge Moscovici, referencial da pesquisa do mestrado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, recorte de uma pesquisa maior, analisamos a produção científica da pós-graduação brasileira sobre inclusão dos estudantes com deficiência nos IFs no período de 2014-2018. Os resultados apresentados pelas produções mostram que os IFs pesquisados vêm caminhando na perspectiva de uma educação inclusiva. Há um movimento de reconstrução da concepção de educação escolar em que a diversidade e as identidades dos sujeitos são reconhecidas e valorizadas.

No entanto, ainda há muitos desafios como: falta de acessibilidade, ausência de Tecnologia Assistiva, recursos humanos, formação continuada aos docentes, equipe técnica e gestores. A formação continuada docente nos IFs é fundamental para que as representações sociais de inclusão dos alunos com deficiência construídas pelos professores sejam modificadas e orientadas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Reconhecemos a necessidade de ampliação de pesquisas sobre inclusão nos IFs, sobretudo nos cursos técnicos subsequentes, foco da nossa pesquisa maior. Além disso, não identificamos trabalhos desenvolvidos à luz da Teoria da Representação Social, foco da pesquisa de Mestrado. Conforme indicamos, essa Teoria contribui para a compreensão dos saberes e práticas construídas pelo grupo social nas relações cotidianas acerca de um determinado objeto ou fenômeno, bem como possibilita auxiliar na construção de novas representações.

Destacamos, por fim, o crescimento gradual de produções desenvolvidas nos Programas de pós-graduação em Educação Profissional sobre a temática pois esses Programas têm possibilitado ao pesquisador uma formação articulada entre o objeto e a prática profissional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de setembro de 2012. Seção 1, p. 22-24 Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 02 de out. 2019.



\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 30 de dezembro de 2008. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)>. Acesso em: **02 de out. 2019.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de dezembro de 2016. Seção 1, p. 3. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: **02 de out. 2019.**

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: **Edições 70**, 1977.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. 13 ed. Porto Alegre: **Mediação**, 2019.

CIAVATTA, M., RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil Dualidade e fragmentação. Brasília: **Revista Retratos da Escola**, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: **09 jan. 2020.**

DALL’ALBA, J. Inclusão no contexto dos Institutos Federais de Educação: contribuições do NAPNE do IFAM –CampusManaus Zona Leste. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico)–Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Campus Manaus Centro, 2016, 103f. Disponível em:<[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3730847](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3730847)>. Acesso em: **13 de fev.2020.**

FRIGOTTO, G.; NEVES, B. M.; BATISTA, E. G.; SANTOS, J. R dos. O “estado da arte” das pesquisas sobre os IFs no Brasil: a produção discente da pós-graduação- de 2008 a 2014. In: FRIGOTTO, G. (Org.). Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, **LPP**, 2018. Disponível em: <[http:// https://proen.ifes.edu.br](http://https://proen.ifes.edu.br)>.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**, Brasília, v.1, n.1, p.35-39, 2005. Acesso em: **09 jan. 2020.**

KREBS, J. R. O protagonismo da gestão educacional na efetivação da inclusão de estudantes surdos nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional). Universidade do Vale do Rio dos Sinos –UNISINOS, 2016, p.184. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4130807](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4130807)>. Acesso em: **13 de fev.2020.**



MARTINS, L. de A. R. Inclusão escolar: algumas notas introdutórias. In: MARTINS, L. de A. R et al. Inclusão: compartilhando saberes. 5 ed. Petrópolis: **Vozes**, 2011.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: **Cortez**, 2011.

MENDES, K. A. M de. O. Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Brasileiros, 2017. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), 2017, 165 f. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5614294](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5614294)>. **Acesso em: 13 de fev.2020.**

MONTOAN, M. T. E. Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: **Editora Moderna**, 2003, 2006.

NOVAES, A. O. Por uma análise psicossocial do curso de Direito, 2010. Tese (Doutorado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010, 248p. **Acesso em: 10 de fev.2020.**

OLIVEIRA, M. D de. A inclusão no contexto dos Institutos Federais de Educação: a trajetória pedagógica do NAPNE/IFTM- Campus Uberaba, 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional em Educação Tecnológica). Instituto Federal Triângulo Mineiro, Campus Uberaba. Minas Gerais, 2018, p.106. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7208065](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7208065)>. **Acesso em: 13 de fev.2020.**

PASSERINO, M. L.; PEREIRA, A. C. C. Educação, Inclusão e Trabalho: um debate necessário. Porto Alegre. **Educação e Realidade**, V. 39, n. 3, P. 831-846, 2014. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>. **Acesso em: 23 de mar.2020.**

PERINNI, S. T. Do direito à educação: o núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas e a inclusão escolar no IFES, 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2017, 227 f. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5667297](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5667297)>. **Acesso em: 13 de fev.2020.**

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba, Instituto Federal do Paraná, **Coleção formação pedagógica**, v. 5, 2014.

ROCHA, V. M da. A educação especial nos institutos federais: o que dizem os planos de desenvolvimento institucionais?, 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade da Região de Joinville, 2017, 162 f. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3606944](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3606944)>. **Acesso em: 13 de fev.2020.**

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7ed. Rio de Janeiro: **WVA**, 2006.



SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, São Paulo: **Autores Associados**, 2007.

SOARES, G. G.; MELO, F. R. V.. O Programa TEC NEP e sua implantação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte- IFRN. **Revista Cadernos de Educação**, nº 54, 2016, ISSN: 2178-079X.

SOARES, G. G. A atuação dos núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais no IFRN, 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015, 135f. Disponível em:<  
[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2412951](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2412951)>. Acesso em: 13 de fev.2020.